

PROJETO DE LEI Nº 043, DE 22 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A READEQUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO MAGRO.

O Prefeito Municipal de Campo Magro, **Claudio Cesar Casagrande**, no uso de suas atribuições propõem **projeto de lei** com a seguinte redação:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art.1º**.:O Conselho Municipal de Educaçãode Campo Magro (CME) será readequado para atender aos termos e exigências da Lei Municipal Nº 1118, de 24 de fevereiro de 2020 (Plano Municipal de Educação).
- Art. 2°.: A readequação ora proposta é efetivada para atender o disposto na Lei Municipal N° 1118, de 24 de fevereiro de 2020 (Plano Municipal de Educação) Meta 12 Estratégia 3: Estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo, ampliando, em especial, a representatividade do segmento dos profissionais da educação no Conselho Municipal de Educação, para um representante de cada Instituição, sendo 6 titulares e 6 suplentes.
- **Art. 3º.:**O Conselho Municipal de Educação é o órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Ensino, de caráter permanente, autônomo e harmônico com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação municipal.

Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Km 20 – Centro – Fone: (41) 3677-4000 CEP: 83535-000 – Campo Magro/ Paraná



Art. 4º.: O Conselho Municipal de Educação tem como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

- **Art. 5°.:**A composição do Conselho Municipal de Educação terá caráter representativo, constituído dedezesseis membros titulares, indicados na forma da Lei, sendo:
 - I. Dois representantes da Secretaria Municipal deEducação, Cultura, Esporte e Lazer (SEMEC);
 - **II.** Um representante do Poder Legislativo;
 - **III.** Seis representantes dos profissionais da Educação da Rede Municipal deEnsino;
 - IV. Dois representantes das APMF's das Instituições Municipais;
 - V. Um representante do Núcleo Regional de Educação/Área Metropolitana Norte;
 - VI. Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
 - VII. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - VIII. Um representante do ConselhoTutelar;
 - IX. Um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.



Parágrafo único: Para cada membro previsto neste artigo deverá ser eleito também um membro suplente com idêntico mandato.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 6º.:São competências do Conselho Municipal de Educação de Campo Magro:
 - I. Assessorar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer na formação de políticas públicas e planos educacionais.
 - II. Participar da elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação.
 - **III.** Acompanhar o levantamento anual da população em idade escolar e propor alternativas de seu atendimento.
 - IV. Acompanhar o cumprimento da legislação aplicável à Educação e ao Ensino e emitir orientações, recomendações ou outros documentos que deverão ser homologados pela SEMEC.
 - V. Reformular o Regimento Interno do CME, quando se fizer necessário.
 - VI. Pronunciar-se sobre a criação e funcionamento das escolas localizadas no Município.
 - VII. Acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município.
 - VIII. Acompanhar, avaliar e controlar a aplicação dos recursos públicos destinados à educação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO IX. Opinar e sugerir procedimentos específicos para melhoria da Educação no Município.

CAPÍTULO IV

DA INDICAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS CONSELHEIROS

- **Art. 7°.:** A indicação dos Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, deverá ser feita através de eleição realizada pelos segmentos, devendo os nomes ser enviados formalmente à Presidência do CME, com cópia para conhecimento, à SEMEC.
- § 1.º Os representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer serão indicados pelo Prefeito Municipal.
- § 2º.: Os demais segmentos serão indicados por critérios por eles estabelecidos.
- **Art. 8º.:** De posse dos nomes indicados para compor o Conselho, a Presidência do CMEencaminhará a relação para o Prefeito Municipal, para a homologação e nomeação por meio de Ato Oficial.

CAPÍTULO V

DO MANDATO DE CONSELHEIRO

Art. 9°.:O mandato de Conselheiro é de dois anos, contados a partir do Ato Oficial de nomeação pelo Executivo Municipal, sendo permitida uma recondução, por igual mandato.

RODOVIA GUMERCINDO BOZA - 20.823 - KM 20 CENTRO - CAMPO MAGRO/PR - 83535-000



PREFEITURA PO MUNICIPA ssim que publicado o decreto de nomeação, o Conselheiro titular ou suplente nomeado, tomará posse.

- § 1°.: Para cada membro titular deverá ser indicado um membro suplente, com idêntico mandato.
- § 2°.: O membro suplente tem plenos poderes para substituir o respectivo membro titular na votação, em caso de eventuais ausências ou impedimentos.
- § 3°.: A renovação do mandato do Conselheiro, será realizada em dois momentos a cada dois anos, na proporção de dois terços ou um terço, respeitando-se a duração do mandato.
- **§ 4º.:** É vedado ao segmento indicar Conselheiro que já cumpriu mandato e recondução, por um dos segmentos que compõem o CME, no período de um ano.
- § 5°.: Ao ocorrer vacância da titularidade ou suplência, prevista no artigo 14 deste Regimento, caberá ao segmento a indicação de outro membro para a complementação do mandato.
- § 6°.: O segmento tem o prazo máximo de 30 dias para indicar a substituição de Conselheiro para o término do mandato.
- **Art. 11.:** O mandato de Conselheiro titular ou suplente será considerado em vacância, nos seguintes casos:
 - I. morte ou invalidez permanente que o impossibilite ao exercício das funções;
 - II. renúncia;
 - m. ausência injustificada do titular e do respectivo suplente, ocasionando a não representatividade a em três reuniões RODOVIA GUMERCINDO BOZA 20.823 KM 20 CENTRO CAMPO MAGRO/PR 83535-000



consecutivas ou cinco intercaladas ordinárias/extraordinárias, no período do calendário em exercício;

- IV. licenciamento por mais de umano;
- V. exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- VI. condenação por crime comum ou deresponsabilidade.

CAPÍTULO VI

DA COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO DA DIRETORIA

- **Art. 12.:**A Diretoria do CME será composta por 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente, escolhidos por processo eletivo entre seus pares para um mandato de 2 (dois) anos, sendo-lhes permitida reeleição.
- **§1º.:** O cargo de Presidente e Vice-presidente será exercido, obrigatoriamente, porConselheironomeadotitulardoCME;
- **§2º.:** O Vice-presidente será aquele que obtiver a segunda maior votação na eleição do presidente.
- **§3°.:** Em todas as votações, a eleição dar-se-á por aclamação do titular ou do suplente, exercendo a titularidade.
- § 4°.: A nomeação deverá ser feita na data de mudança de membros do conselho, em tempo possível para posse e abertura dos trabalhos, na reunião que antecede o fim do mandato.



- § 5°.: No caso de impedimento do Presidente e do Vice- presidente, o conselho será presidido pelo conselheiro mais idoso como Presidente em exercício, até o final do mês, fazendo o encaminhamento dos nomes dos novos membros eleitos, para homologação e expedição do ato de nomeação pelo Prefeito Municipal, no prazo máximo de trinta dias.
- **§ 6°.:** Em caso de renúncia do Presidente, assumirá o cargo o Vicepresidente. A vice-presidência será ocupada por outro membro do conselho, mediante eleição.
- § 7°.: Em caso de renúncia também do Vice-presidente, serão convocadas novas eleições, no prazo de trinta dias, para completar o mandato dos renunciantes.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA GERAL

Art. 13. As atividades administrativas e técnicas do Conselho Municipal de Educação ficarão a cargo da Secretaria Geral, ligada diretamente a Presidência e coordenada por um Secretário Geral.

Parágrafo único: O Secretário Geral deverá ser um servidor municipal em efetivo exercício e designado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que tem a atribuição de planejar, programar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da Secretaria Geral.



CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO PLENO E REUNIÕES

SEÇÃO I

DO CONSELHO PLENO

Art. 14.:Para o desempenho de suas atividades, o CME funcionará em Conselho Pleno.

Art. 15.: O Conselho Pleno é constituído pelo conjunto dos Conselheiros titulares e suplentes e instala-se com a presença da maioria simples dos integrantes.

SEÇÃO II

DAS REUNIÕES

- **Art. 16.:**O Conselho Pleno reunir-se-á bimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário anual aprovado em reunião ordinária do ano anterior e divulgado de forma eletrônica, através do site da Prefeitura Municipal.
- **§1º.:** Nas reuniões ordinárias, a Presidência do CME poderá convocar verbalmente os Conselheiros, por decisão do Conselho Pleno, para as reuniões extraordinárias.
- § 2°.: As reuniões ordinárias serão realizadas preferencialmente na mesma data da reunião do Conselho do Fundeb, tendo em vista alguns conselheiros participarem dos dois conselhos.

Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Km 20 – Centro – Fone: (41) 3677-4000 CEP: 83535-000 – Campo Magro/ Paraná



§ 3°.: Não haverá reuniões ordinárias no período compreendido entre os dias 24 de dezembro a 31 de janeiro, considerado de recesso do CME.

Art. 17.:O Conselho Pleno reunir-se-á extraordinariamente sempre que for convocado, sem antecedência mínima de dias úteis quando os assuntos forem de urgência e relevância. A convocação poderá ser feita pela Presidência, pelo Prefeito Municipal, pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ou por vontade manifesta e subscrita da maioria absoluta de seus membros.

§1º.: Nas reuniões extraordinárias serão discutidos e votados apenas os assuntos estabelecidos para a sua realização.

§2º.: As votaçõessomente poderão acontecer com a presença mínima da maioria simples de conselheiros presentes.

Art.18.: As reuniões do Conselho Pleno serão dirigidas pela Presidência e poderão ser suspensas ou encerradas no caso da falta de quórum, esgotada a pauta dos trabalhos ou situação excepcional, definidas pelo Conselho Pleno.

Parágrafo único.: Verificada a presença da maioria simples dos Conselheiros, a Presidência declarará aberta a sessão.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19.: As alterações do Regimento Interno deverão ser discutidas e aprovadas por, no mínimo, dois terços dos membros do CME, no prazo

Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Km 20 – Centro – Fone: (41) 3677-4000 CEP: 83535-000 – Campo Magro/ Paraná



máximo de 30 dias após a publicação desta Lei e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para a homologação e publicação.

Art. 20.: Para todos os efeitos, a data de início de mandato de conselheiro é o dia da publicação do ato de nomeação do seu nome para o respectivo mandato.

Parágrafo único.: Na primeira composição do Conselho Municipal de Educação dois terços dos conselheiros foram nomeados para um mandato de quatro anos e um terço para um mandato de dois anos, conforme relação estabelecida no art. 5.º da Lei Municipal n.º 343/2005. Sendo assim, a cada dois anos são realizadas eleições para os segmentos que cumpriram o mandato.

Art. 21.: Aos conselheiros do CME é assegurado, com agendamento prévio, acesso às escolas ou aos locais onde se desenvolvem atividades de ensino e de educação, direta ou indiretamente vinculadas a Rede Municipal de Ensino ou à administração municipal.

Art. 22.:Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Pleno e constituirão precedentes que deverão ser observados e integrarão futura alteração regimental.

Art. 23.:Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal Nº 343/2005 e demais disposições em contrário.

Campo Magro-PR, 22 de junho 2021.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustríssimos Senhores e Senhora Vereadores.

É com imensa satisfação que encaminho à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, tratando da necessária e inadiável readequação do Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Magro.

O referido Conselho foi criado por intermédio da Lei Municipal nº 343/2015 e ora se encontra defasado pelo longo lapso temporal desde a sua criação.

Importa esclarecer que a presente readequação busca empregar maior eficácia ao Plano Municipal de Educação, o qual se mostra como verdadeiro norte a ser seguido para uma contínua educação de qualidade neste Município, assim como se extrai do corpo do presente Projeto de Lei.

Deste modo, encaminho o presente PL para apreciação e votação de Vossas Excelências, contando com sua aprovação.

Campo Magro-PR, 22 de junho de 2021.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE

Prefeito Municipal



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSNEI ROSA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE CAMPO MAGRO – ESTADO DO PARANÁ.

REF.: PL N°. 043/2021

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, brasileiro, casado, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.607.539/0001-76, situado na Rodovia Gumercinco Boza (Estrada do Cerne), 20.823, km 20, Centro, Campo Magro, Paraná, Brasil, CEP 83535-000, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência, para na forma do art. 99 do Regimento Interno de Câmara Legislativa, apresentar Projeto de Lei de nº.: 043 de 2021.

Por oportuno, renovam-se os protestos de admiração e respeito a este respeitabilíssimo Presidente por toda diligência e comprometimento empregado estando à frente desta augusta Casa Legislativa.

Campo Magro-PR, 22 de junho de 2021.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL



Câmara Municipal de Campo Magro - PR - Campo Magro - PR Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02021/06/22000121	
Número / Ano	000121/2021
Data / Horário	22/06/2021 - 11:52:44
Assunto	PL N° 043/2021
Interessado	JOSNEI ROSA
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Requerimento
Número Páginas	12
Emitido por	Bruna